

1.15 • Conjuntura Internacional

A VITÓRIA DE JOE BIDEN

OS NORTE-AMERICANOS NÃO VOTAM numa eleição directa para escolher o presidente dos Estados Unidos. Os cidadãos dos cinquenta estados federados e de Washington DC elegem um Colégio Eleitoral composto por 538 grandes eleitores. O número de grandes eleitores de cada estado corresponde à soma do seu número de membros da Câmara dos Representantes e do Senado. Tendo em conta que todos os estados têm o mesmo número de senadores (2), os estados mais pequenos dispõem, assim, de uma representação no Colégio com mais peso do que os estados maiores.

Sistema eleitoral maioritário

Com excepção do Maine e do Nebraska, o candidato que alcança uma maioria simples do voto popular obtém a totalidade dos grandes eleitores do estado. Estes dois aspectos – representação desproporcional e sistema eleitoral maioritário – permitem que um candidato que obtenha menos votos populares vença a eleição presidencial. Ocorreu cinco vezes: em 1824, 1876, 1888, 2000 e 2016.

Em paralelo, nos últimos anos, assistiu-se a uma consolidação da segmentação de eleitores por áreas geográficas: os republicanos concentrados em zonas rurais e os democratas em centros urbanos. Os estados republicanos foram ficando mais encarnados (cor associada a este partido) e os estados democratas mais azuis (cor do partido).

No final do século XX, era corrente a ideia de que o futuro pertencia ao Partido Democrático, em função de uma evolução demográfica que parecia favorecer o aumento do peso das minorias afro-americanas e latinas em detrimento de uma população branca mais envelhecida. No entanto, em termos práticos, uma maior mobilização da população branca, o desenho dos círculos eleitorais e o próprio sistema eleitoral têm tornado mais fácil o conformar de maiorias por parte dos republicanos.

Este quadro de divisão faz com que as campanhas presidenciais, nos Estados Unidos, tenham uma dinâmica muito própria. Se, numa eleição presidencial brasileira ou portuguesa, todos os votos valem o mesmo e as campanhas são proporcionalmente distribuídas pelos territórios nacionais, no caso norte-americano os candidatos só fazem campanha nos estados em que existe possibilidade de vitória. Segundo a empresa de monitorização Advertising Analytics, em Outubro de 2020, as duas campanhas tinham gastado em conjunto mais de 1.000 milhões de dólares em publicidade televisiva em apenas 13 dos 50 estados (ref.)

Reeleição

Até à eleição de 2020, só não foram eleitos treze candidatos que fossem ao mesmo tempo presidentes em exercício de funções. A probabilidade

de reeleição é, assim, bastante elevada. Porém, a conjugação da personalidade polarizadora de Donald Trump com a hecatombe económica provocada pela pandemia da COVID-19 contribuíram para a eleição do democrata Joe Biden.

Ao contrário do que ocorreu em 2016 com Hillary Clinton, nestas eleições, o Partido Democrático uniu-se efectivamente em torno da candidatura do antigo vice-presidente da Barack Obama (2009 – 2017). Há quatro anos, um dos principais problemas que Clinton teve de enfrentar foi a resistência que o seu nome gerava na ala esquerda do partido. Em 2020, Biden conseguiu surgir como uma figura unificadora, aceite por todos os sectores democratas em nome do objectivo supremo de derrotar Trump.

“
A experiência de Biden – trinta e seis anos como senador e oito anos como vice-presidente – é um activo muito importante, mas dificilmente fará milagres.”

Também como há quatro anos, as sondagens revelaram-se pouco precisas. A generalidade dos estudos de opinião indicava uma vantagem nacional entre os 7% e 8% para Joe Biden e o resultado ficou pelos 4,5%. Para a vitória de Joe Biden foi determinante o regresso ao campo democrata dos estados da Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, depois da surpreendente vitória aí obtida por Trump em 2016. Biden terá conseguido restabelecer a conexão com parte dos votantes tradicionalmente democratas que recusaram a opção Clinton nas eleições anteriores. As conquistas da Geórgia e do Arizona, que não votavam maioritariamente num candidato democrata, respectivamente, desde 1992 e 1996, ajudaram a consolidar a vitória no Colégio Eleitoral.

Voto por correspondência

O novo coronavírus atingiu os Estados Unidos no início de 2020. Sendo este país um Estado federal, a coordenação entre as diferentes administrações teria sido fundamental para minimizar o impacto da pandemia na saúde e na economia. Donald Trump, que contava com os bons resultados macroeconómicos para garantir a reeleição, não conseguiu (ou não quis) assumir a gestão e a própria existência de um problema de saúde pública, provavelmente por considerar que desta forma estava também a assumir que existia uma crise económica.

Filipe Vasconcelos Romão

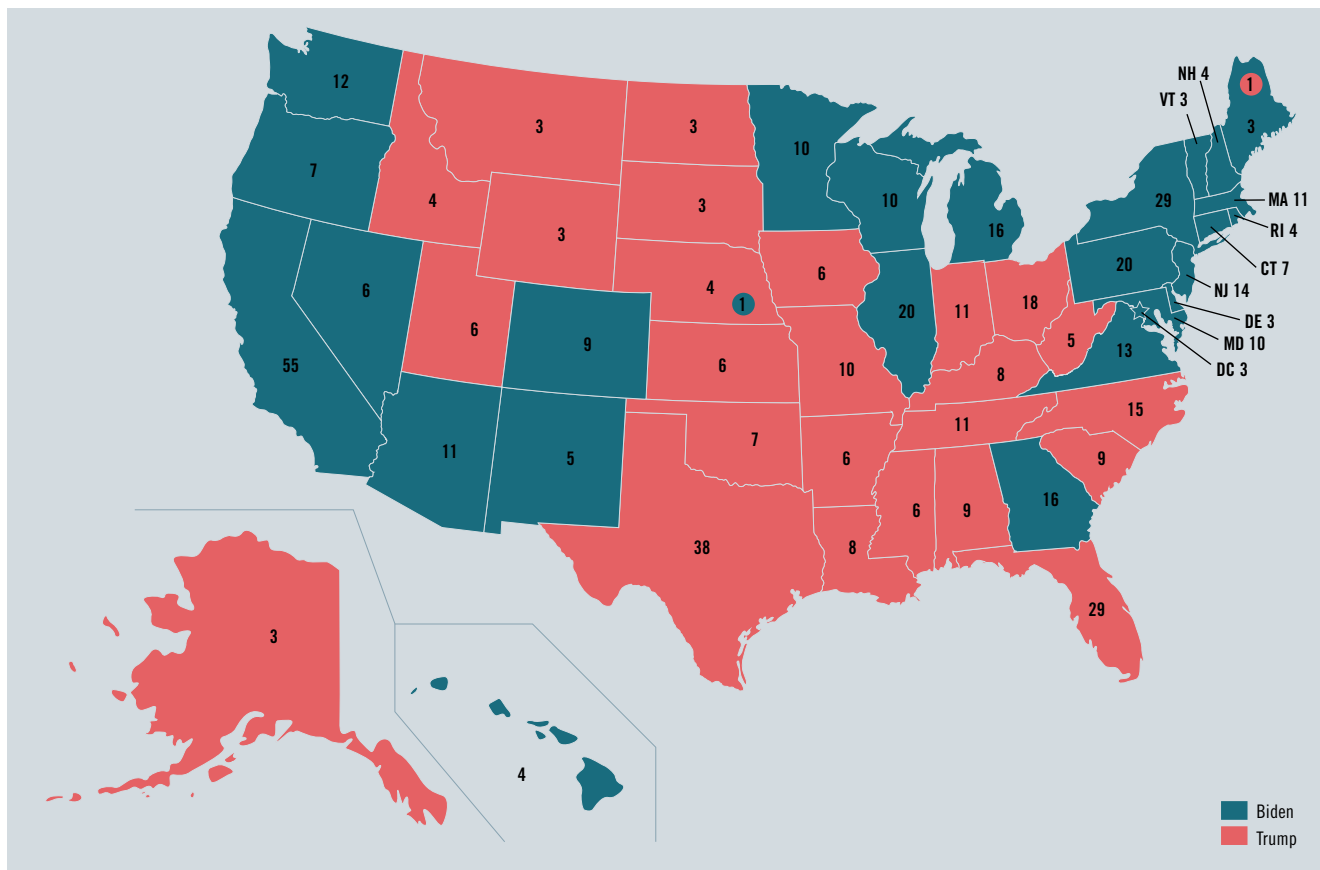
Texto entregue em Dezembro de 2020

Uma das consequências políticas mais relevantes do quadro pandémico foi o esforço desencadeado pelas administrações dos diferentes estados federados para ampliar a possibilidade do voto antecipado presencial e por correspondência. Em coerência com uma atitude de maior prudência em relação à COVID-19, o Partido Democrático mobilizou-se para incentivar o recurso a esta alternativa. Convém ter em conta que o voto por correio não é uma novidade no sistema político norte-americano: começou a ser utilizado durante a Guerra Civil (1861-1865) para permitir a participação eleitoral dos soldados mobilizados. Ao longo dos últimos 160 anos, vários estados, com diferentes ritmos, foram facilitando esta prática. Segundo dados divulgados pela U.S. Election Assistance Commission, em 2016, 24 por cento dos mais de 140 milhões de votantes recorreram ao voto por correio.¹ Em 2020, de acordo com dados provisórios, a participação subiu em grande medida graças ao voto antecipado por correspondência e presencial. A pandemia terá sido, assim, determinante numa mobilização sem precedentes nas últimas décadas: Joe Biden, o vencedor, e Donald Trump, o derrotado, são já os dois candidatos que obtiveram o número mais elevado de votos populares na história dos Estados Unidos. O primeiro conquistou 81.283.098 votos e o segundo 74.222.958.

Contestação

A estratégia de Trump para contestar as eleições começou muito antes do processo eleitoral e corresponde a um padrão semelhante ao utilizado nas primárias republicanas de 2016. Em Fevereiro desse ano, perante a vitória de Ted Cruz nos *caucuses* do Iowa, Trump alegou fraude sem apresentar qualquer prova. No início de 2020, no momento em que percebeu que o voto por correio poderia permitir uma maior mobilização do campo democrático, o candidato republicano começou a alimentar suspeitas sobre potenciais fraudes eleitorais, sem nunca fornecer qualquer elemento concreto que suportasse as suas afirmações.

A contagem dos votos nos estados com resultados mais ajustados demorou alguns dias, fruto da elevada participação e do peso do voto por correspondência. Na noite de 3 de Novembro, foi logo perceptível que as diferenças nas metodologias de voto e de contagem se iriam repercutir na maior ou menor lentidão do apuramento de resultados. Os estados em que os votos presenciais foram contados primeiro registaram um avanço inicial de Trump e uma recuperação gradual de Biden à medida que o voto por correspondência era contado. Na própria noite das eleições, o ainda presidente apressou-se a reconhecer uma vitória que já saberia ser difícil de alcançar, iniciando o mais



MAPA DOS RESULTADOS (com indicação da quantidade de votos que cada estado e o Distrito de Colúmbia possuíam no Colégio Eleitoral)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_nos_Estados_Unidos_em_2020

atípico processo de transição da história recente dos Estados Unidos da América. Em paralelo, e à medida que se ia confirmando a reversão das derrotas de Hillary Clinton na Pensilvânia ou no Michigan, Trump iniciava uma escalada retórica sobre uma eventual fraude massificada que lhe estaria a roubar a presidência. No campo judicial, a sua campanha deu início a uma série de processos judiciais que visavam a anulação total ou parcial de votações, o que se materializou numa série de derrotas em tribunais de diferentes instâncias estaduais e federais.

Uma das últimas e mais graves tentativas de reverter a vontade popular passou pela interposição de uma acção no Supremo Tribunal dos Estados Unidos por parte do procurador-geral do estado do Texas, Ken Paxton, contra os estados da Geórgia, Michigan, Wisconsin e Pensilvânia por uma eventual alteração das normas para facilitar a eleição de Joe Biden. O Supremo Tribunal rejeitou a acção alegando que o estado do Texas não teria legitimidade para contestar os resultados de outros estados.

Presidência Biden

Os vazios de poder tendem a ser rapidamente preenchidos e, à medida que Trump abandonava as funções presidenciais para se concentrar na contestação dos resultados e em garantir que continua a liderar o Partido Republicano, Joe Biden começou a apresentar a sua administração. Já com a solenidade conferida pelo estatuto de presidente eleito, o seu primeiro gesto foi apresentar um grupo de trabalho para o apoiar na tarefa que

mais o diferencia em relação ao republicano em funções: a gestão da pandemia da COVID-19.

Não restam quaisquer dúvidas de que a primeira parte do mandato do novo presidente será marcada pelo problema de saúde pública que representa o novo coronavírus e pelas consequências económicas da pandemia. Depois de quatro anos politicamente muito extremados, Joe Biden terá que procurar reconstruir uma base bipartidária mínima para aprovar estímulos económicos e para implementar pelo menos parcialmente o seu programa de governo.

O contexto interno dos dois partidos não ajuda: o Partido Democrático assenta cada vez mais na soma de diferentes grupos minoritários com agendas específicas e por vezes difíceis de compatibilizar; o Partido Republicano encontrou no descontentamento do eleitorado branco a sua base de apoio, galvanizado pelo radicalismo populista de Trump. Nenhuma das duas formações parece grandemente interessada numa política de concessões num país cada vez mais polarizado. A experiência de Biden — trinta e seis anos como senador e oito anos como vice-presidente — é um activo muito importante, mas dificilmente fará milagres.

O presidente dos Estados Unidos da América tem mais margem de manobra na frente externa do que na interna. Nesse campo, o legado da administração Trump supõe desafios de dois tipos: reversíveis, como saída da OMS e da UNESCO, o recuo nos compromissos com os parceiros europeus no quadro da NATO ou no Acordo de Paris; e de difícil reversão, como o conflito

político, econômico e comercial com a China ou o posicionamento norte-americano no Médio Oriente. Também na política externa, Biden poderá querer afirmar-se como o “anti-Trump”, assumindo compromissos com o multilateralismo político (ONU, NATO, UE) e técnico (ambiental, cultural, saúde).

Os próximos quatro anos serão certamente diferentes dos últimos tempos. As expectativas em relação a Biden são muito elevadas, sobretudo no exterior. No entanto, a forma como a sociedade norte-americana se encontra dividida e o aparente propósito de Trump de manter a sua base eleitoral mobilizada representarão grandes dificuldades para a nova administração, sobretudo se se mantiver, como se prevê, uma maioria republicana no Senado. ■

Nota

¹ <https://www.eac.gov/news/2017/06/29/newly-released-2016-election-administration-and-voting-survey-provides-snapshot>